

A. I. N° - 269112.0150/06-1
AUTUADO - A. FÁTIMA SOUZA
AUTUANTE - ADRIANO TOSTO DOS SANTOS SILVA
ORIGEM - I F M T METRO
INTERNET - 06/12/2006

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0355-03/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem emissão da documentação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 18/07/2006, refere-se à exigência da multa no valor de R\$690,00, por falta de emissão de documentos fiscais nas vendas realizadas a consumidor final, conforme Termo de Auditoria de Caixa.

O autuado apresentou impugnação à fl. 16, alegando que solicitou sua inscrição estadual na condição de microempresa, tendo apresentado no exercício de 2005, um faturamento total de R\$3.280,29, o que representa um faturamento médio mensal de R\$676,60. Diz que o valor da multa exigida no presente Auto de Infração corresponde a mais de 100% do faturamento mensal da empresa, e por isso, entende que a mencionada multa é confiscatória. Cita o art. 150 da Constituição Federal, e reconhece que infringiu uma norma tributária vigente neste Estado, mas discorda da penalidade aplicada, argumentando que o valor da multa ultrapassa o faturamento, e por isso, entende que a multa é abusiva e confiscatória, contrariando a Constituição Federal. Pede a exclusão da penalidade aplicada.

Na informação fiscal prestada às fls. 27/28 dos autos, o autuante esclarece que a autuação fiscal é decorrente da denúncia de nº 12.129/06, na qual o denunciante informa que realizou uma compra no valor de R\$20,00 e o documento fiscal não foi fornecido, mesmo sendo solicitado. Prosseguindo, o autuante informa que em diligência realizada em 17/07/2006, foi efetuada a Auditoria de Caixa, tendo sido apurado um resultado positivo no valor de R\$163,98, sendo emitida a Nota Fiscal de Venda a Consumidor de nº 986, no valor correspondente à diferença apura, para regularizar a situação apurada. Salienta que o saldo credor de caixa comprova que houve vendas de mercadorias sem a devida emissão da documentação fiscal correspondente, conforme inciso I, § 3º, art. 2º, do RICMS-BA que transcreveu, além do art. 142, VII e 201, I, do mencionado Regulamento.

Quanto ao argumento defensivo de que o valor da multa aplicada corresponde a mais de 100% do faturamento da empresa, diz que houve infração às normas estabelecidas no art. 201 do RICMS; cita o art. 123 do RPAF/99, e conclui assegurando que a Auditoria de Caixa foi acompanhada e assinada por um preposto do autuado, e que a infração apurada está devidamente caracterizada. Pede a manutenção do presente Auto de Infração.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constato que a multa foi aplicada em decorrência da falta de emissão de notas ou cupons fiscais nas operações de vendas de mercadorias a consumidor final, sendo lavrado o Termo de Auditoria de Caixa, à fl. 07 dos autos.

Embora o autuado reconheça o cometimento da irregularidade apurada, argumenta que a multa é confiscatória, e que o valor exigido ultrapassa o faturamento mensal da empresa.

No caso em exame, o Termo de Auditoria de Caixa constante do PAF constitui elemento de prova para caracterizar que o contribuinte estava realizando operação sem nota fiscal; o valor da multa indicada é estabelecido no art. 42, inciso XIV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, não cabendo a este órgão julgador a declaração de sua ilegalidade ou inconstitucionalidade, nos termos do art. 167, I, do RPAF/99.

Observo que a autuante consignou no mencionado Termo de Auditoria de Caixa, o saldo de abertura de R\$20,00; total em dinheiro, R\$141,75; total em cartão, R\$42,23; total de numerário de R\$163,98. Inexistência de valores relativos aos cupons e notas fiscais, por isso, foi apurada uma diferença positiva (venda sem nota ou cupom fiscal) no valor de R\$163,98.

Considerando que não foi constatada a emissão de cupons ou notas fiscais, foi apontada a diferença que resultou na aplicação da multa, cujo levantamento foi assinado pelo autuado, que no momento da ação fiscal não comprovou a diferença constatada, constituindo assim, prova suficiente da falta de emissão de documentos fiscais pelas vendas realizadas a consumidor final.

Vale ressaltar, que a autuação fiscal é decorrente da denúncia de nº 12.129/06, e o preposto fiscal, de forma correta, exigiu a emissão da Nota Fiscal, série D-1, de nº 0986 (fl. 06), no valor da diferença apurada, o que consubstancia o presente lançamento, referente à exigência da multa por descumprimento de obrigação acessória. Assim, entendo que no presente processo, encontram-se os elementos suficientes para comprovar a irregularidade apurada.

Quanto ao pedido formulado pelo defendente para a exclusão da penalidade aplicada, não pode ser atendido, tendo em vista que não ficou comprovado nos autos que a infração apurada não implicou falta de recolhimento do imposto.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269112.0150/06-1**, lavrado contra **A FÁTIMA SOUZA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de outubro de 2006

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR